

Para Sarney, prorrogação é "a chave"

"Não temos o direito de jogar fora essa oportunidade histórica de construirmos um regime democrático duradouro no Brasil", advertiu ontem o presidente do PDS, José Sarney, classificando a supressão da eleição municipal deste ano como "um elo fundamental na cadeia da abertura". Sarney acha vital que as oposições concordem em se compor com o Governo, aprovando a Emenda Anísio de Souza, que prorroga os mandatos de prefeitos e vereadores até as eleições de 82.

Os partidos oposicionistas têm a obrigação institucional de fazer Oposição, mas não de assumir posições sectárias: que os levem a se colocar frontalmente contra as estruturas políticas e sociais da Nação, contribuindo com esse radicalismo para o fracasso de uma reorganização partidária sem a qual estará sendo frustrado todo o esforço do Governo em favor da redemocratização do país — advertiu.

Uma alta fonte do Planalto concorda num ponto com Sarney: as oposições, traumatizadas pelos sucessivos governos revolucionários, têm agido antipoliticamente, omitindo-se da discussão durante os passos dados pelo Governo no caminho da abertura: a anistia, por exemplo, e a lei de reforma partidária, que poderiam ter sido aperfeiçoadas, se contassem com a ajuda das oposicionistas. Essa fonte teme que, agora, diante da votação da Emenda Anísio de Souza e da emenda das prerrogativas, as oposições tenham o mesmo tipo de comportamento, "botando tudo a perder".

CONCESSÕES

Sarney foi específico: para ele, se o objetivo da supressão da eleição municipal deste ano foi inviabilizado pelo obstinado combate que ainda move a Oposição à fórmula prorrogacionista, "todo o esforço até aqui empreendido poderá ser jogado fora, perdendo-se a grande oportunidade de realizar esse trabalho de engenharia política".

Para Sarney, o Governo já permitiu a revogação dos atos de exceção, depois de 16 anos de arbítrio, e o retorno ao país de cidadãos brasileiros que haviam sido alcançados pelas intervenções revolucionárias intermitentes, e agora dará de volta as eleições diretas para governadores. "Não foi pouco o que se deu ao país, em particular à própria Oposição", lembrou ele. Para fazer tais concessões, disse Sarney, esperando transformações tão positivas na vida política do país, se não provocar traumas, o que consistem mila-

groso, o Governo renunciou aos poderes excepcionais que detinha".

Para Sarney, os partidos oposicionistas podem e devem fazer Oposição ao Governo, mas não às estruturas políticas e sociais que o Governo procura consolidar a fim de que seja possível, segundo Sarney, instituir uma democracia estável e duradoura no Brasil, imune às intermitentes intervenções revolucionárias que caracterizaram os últimos anos.

Sarney encarou com boa vontade a entrevista concedida recentemente pelo deputado Thales Ramalho, líder do Partido Popular, sugerindo que o Presidente da República, e as lideranças do PDS procurassem os líderes oposicionistas para falar abertamente das intenções do Governo e provar a importância da supressão do pleito municipal no cumprimento do cronograma da abertura democrática.

Todavia, o presidente do PDS revelou que ele e seus companheiros de cúpula e de liderança do partido no Congresso já se acham empenhados justamente nesse trabalho de aproximação com as lideranças oposicionistas, abrindo o jogo quanto às intenções do Governo e o significado que tem cada uma de suas iniciativas no campo político, especialmente a eliminação do pleito municipal, no conjunto do projeto de abertura.

Se os partidos de Oposição teimarem em negar a sua colaboração à aprovação da emenda que adiará o pleito municipal deste ano para 82, estarão se omitindo de todo o processo, que ficará ameaçado, segundo o presidente do PDS.